

A Região do Entorno Estratégico Brasileiro: a identidade sul-atlântica na ZOPACAS

Murilo Mesquita [†],[‡] Maria Liandra da Silva [‡], Kézia Batista [‡], Maria Eduarda Costa [‡], Iasmin Martins [‡], Rafael Camelo [‡]

[†]Universidade Federal do Tocantins - UFT

[‡]Universidade Portiguar - UnP

*Autor correspondente. Email: murilo_mesquita@hotmail.com

Resumo

A pesquisa se desenvolve dentro de um contexto identificado como uma janela de oportunidade para um novo *aggiornamento* da ZOPACAS. Diante disso, busca responder à questão: como a relação Brasil-Cabo Verde afeta a construção identitária na ZOPACAS? Assim, argumenta-se que a relação bilateral Brasil-Cabo Verde contribui para a revitalização identitária sul-atlântica da ZOPACAS, visto que a localização estratégica de Cabo Verde faz com que sua relação com o Brasil possa servir como uma ponte no Atlântico Sul com potencial de influenciar as dinâmicas regionais e globais. Para testar o argumento, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção da identidade regional da ZOPACAS na relação Brasil-Cabo Verde. Para tanto, são delimitados os seguintes objetivos específicos: (i) apresentar a noção de região como um fator ideacional na produção de política externa; (ii) avaliar a construção identitária no âmbito da ZOPACAS; (iii) verificar a relevância da relação Brasil-Cabo Verde na construção de uma identidade sul-atlântica. A partir desses objetivos, a pesquisa é desenhada desde uma revisão de narrativa com características exploratórias. Ao mesmo tempo, faz uso de análise quantitativa, por meio de técnicas de Análise de Conteúdo Automatizada em documentos oficiais cabo-verdianos; e uma análise qualitativa dos documentos oficiais de Defesa brasileiros que permitam a análise da percepção desses atores em torno do papel da ZOPACAS na projeção internacional Brasil na região.

Palavras-chaves: Política Externa, ZOPACAS, Região, Atlântico Sul

1. Introdução

No século XXI, o Atlântico Sul desponta como uma região de interesse à geopolítica brasileira, uma vez que está atrelada diretamente à consolidação do entorno estratégico do país. Em face disso, importa a compreensão da organização que está vinculada aos interesses de Defesa e de Cooperação do Brasil, como é o caso da Zona de Paz e

Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), visto que tem o potencial de articulação dos países limítrofes para a promoção de iniciativas e posicionamentos comuns que ensejam, além de um ambiente cooperativo, o monitoramento da região diante da ingerência de atores extrarregionais. Nesse sentido, Cabo Verde se insere como uma ponte insular capaz de fortalecer o processo de integração entre os Estados da região sul-atlântica.

Diante disso, a pesquisa se desenvolve a partir da leitura de que dentro desse contexto há uma janela de oportunidade para um novo *aggiornamento*¹ da ZOPACAS. Nessa conjuntura, observa-se uma nova ocasião para o Brasil se fazer presente e atuante em uma região que fecha o entorno estratégico nacional, bem como promove uma identidade sul-atlântica ao proporcionar um ambiente de cooperação recíproca. Com esse prisma, a pesquisa se desenvolve para responder o seguinte problema: Como a relação Brasil-Cabo Verde afeta a construção identitária na ZOPACAS?

Destarte, diante da percepção dessa janela de oportunidade para retomada da posição brasileira na arena internacional, argumenta-se: a relação bilateral Brasil-Cabo Verde contribui para a revitalização identitária sul-atlântica da ZOPACAS. O argumento é justificado diante da perspectiva de que a condição insular cabo-verdiana e sua projeção na encruzilhada atlântica são fatores estratégicos para que a relação com o Brasil se configure como uma ponte no Atlântico Sul, com potencial para influenciar as dinâmicas regionais e globais.

Para testar o argumento, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção da identidade regional da ZOPACAS na relação Brasil-Cabo Verde. Para tanto, a pesquisa almeja especificamente: (i) apresentar a noção de região como um fator ideacional na produção de política externa; (ii) avaliar a construção institucional e identitária no âmbito da ZOPACAS; (iii) verificar a relevância da relação Brasil-Cabo Verde na construção de uma identidade sul-atlântica. Diante de tais objetivos, a pesquisa além de realizar uma revisão de narrativa com características exploratórias, faz uso de uma Análise de Conteúdo Automatizada (ACA) em documentos cabo-verdianos que permitam a análise geopolítica da percepção de uma identidade sul-atlântica e da projeção internacional do Brasil na região.

A pesquisa é desenvolvida em três seções. A primeira apresenta o argumento teórico baseado no campo de Análise de Política Externa (APE) e na noção de Região como um constructo social. A segunda se detém a uma análise institucional sobre a ZOPACAS, em que pese a atuação brasileira para sua constituição. Na terceira, a pesquisa, ao identificar a posição geoestratégica de Cabo Verde, emprega a análise de conteúdo para verificar a percepção cabo-verdiana sobre o Atlântico Sul, além de explorar a importância da relação entre Brasil e Cabo Verde na construção identitária dessa região.

1. O termo *aggiornamento*, do italiano, significa atualização ou modernização. Historicamente atrelado à Igreja Católica, no período do Concílio Vaticano II, 1962 a 1965, quando enseja uma renovação dos ensinamentos clericais diante de um novo contexto. Aqui, o termo tem um significado político e é utilizado em função da observação de que o contexto importa para que a renovação ou atualização de princípios, normas, regras e diretrizes tenham funcionalidade.

2. Região é o que os Atores fazem dela

O Atlântico Sul compreende uma região formada pela costa oeste da América do Sul, em oposição ao litoral leste do continente africano. Ao Norte localiza-se próximo ao paralelo 16 e ao sul à Antártida (W. M. Costa 2012). Historicamente, a região sul-atlântica é utilizada como rota comercial desde a colonização, e recebeu um novo status, sobretudo durante a Guerra Fria, quando os EUA observaram a relevância desse espaço dentro do plano de contenção da expansão soviética e na garantia de sua própria defesa (Aguilar 2022).

Outro aspecto significativo, é a presença de jazidas de petróleo e gás, as quais movimentam e influenciam as dinâmicas políticas regionais e extrarregionais (W. M. Costa 2012). De modo que, a região do Atlântico Sul apresenta-se como espaço relevante, não só no aspecto político-econômico, como também na questão geoestratégica. De tal maneira a tornar essencial a projeção da influência brasileira sobre a região, bem como dificultar a gerência de atores externos. A vista disso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma identidade capaz de fortalecer os laços cooperativos e a defesa dos países que compõem este espaço, por isso a ZOPACAS surge como instrumento para a concretização desse propósito.

A potencialidade da ZOPACAS acompanha um fundamento teórico pautado na noção de que Região deve ser entendida como uma “comunidade imaginada” (Anderson 2008), que enseja um processo de naturalização de uma identidade atrelada a ritos, culturas, normas que são compartilhadas. Porquanto, também relacionada à noção de comunidades epistêmicas de Adler (Adler 1992, 101), na qual “os membros da comunidade compartilham conhecimento sobre a causa de fenômenos sociais e físicos em uma área pela qual têm reputação de competência e possuem um conjunto comum de crenças normativas sobre o que beneficiará o bem-estar humano nesse domínio”². Nesse sentido, comunidades epistêmicas exercem um papel funcional que auxiliam a resolução de problemas ao organizar e coordenar o comportamento dos atores (Adler 1992, 103:104).

Por isso, para além das delimitações fronteiriças, uma região está atrelada às dinâmicas de construção de uma identidade que são mobilizadas por líderes políticos com o fito de naturalizá-las à percepção das suas respectivas populações. Sob essa perspectiva, a existência de uma região pressupõe a instrumentalização de um projeto político mobilizado por um ator que passa a defender uma identidade cronológica e espacial atrelada a um território específico para, com isso, transbordar a ideia de região para atores circunvizinhos (Novelli e Pereira 2019, 2020). Isso denota que “todas as regiões são socialmente construídas e, portanto, politicamente passíveis de serem contestadas” (Hurrell 1995, 25).

Dessa forma, a região, quando observada a partir dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), tem a ver com “um grupo de Estados cujas preocupações primárias de segurança se ligam de forma suficientemente estreita, que suas seguranças nacionais não podem ser realisticamente consideradas separadas uma do outra” (Buzan 1983, 106). Ao mesmo tempo, constitui uma concepção de comunidade que reforça a ideia

2. *The community members share knowledge about the causation of social and physical phenomena in an area for which they have a reputation for competence, and they have a common set of normative beliefs about what will benefit human welfare in such a domain.*

de que os *policymakers* podem se alinhar em função de interesses em comum e pela busca conjunta por uma paz estável (Adler 1992; Adler e Barnett 1998).

Com esse fito, a ZOPACAS é mobilizada como um case de análise atrelado historicamente a um processo decisório cuja leitura do contexto observa uma conjuntura crítica – “momentos em que a incerteza quanto ao futuro de um arranjo institucional permite que a ação política e a escolha desempenhem um papel causal decisivo na colocação de uma instituição em um determinado caminho de desenvolvimento” (Cappocia 2015, 2:3) – para a retomada da projeção e inserção internacional brasileira.

Esse entendimento e demarcação histórico-política em torno da atuação brasileira para emergência da ZOPACAS está atrelado à concepção de que “regiões são essencialmente um produto de atores políticos e são criados pelos discursos desses atores sobre a região” (Tassinari, 2004, 56 *apud* Novelli e Pereira 2020, 237, tradução dos autores). De tal modo, estudos que exploram sobre o processo de formação de regiões devem se debruçar acerca da análise genealógica do espaço, bem como sobre os atos de fala que versam e operam chaves-discursivas e dispositivos psicológicos atreladas ao aspecto constitutivo da região (Levy 2003; Levy e Thompson 2010; Hudson 2002, 2005, 2016; Hermann e Hermann 1989; Hermann 2003).

Com a interpretação de que região assume uma concepção que ultrapassa as limitações territoriais, os seus aspectos geopolítico e geoestratégico são reforçados a uma forma de encarar a geopolítica a partir da produção de discursos. Dado que, discursos políticos “nos ajudam a entender a construção social dos mundos e o papel do conhecimento geográfico nessa construção social”³ (Tuathail; Agnew, 2003: 78).

Com esse sentido, o discurso per se é entendido como um conjunto de capacidades socioculturais que os atores possuem e que são usados para a construção de significados constitutivos de sua visão de mundo e agência social. Por isso, discurso não é simplesmente uma fala, declaração, pronunciamento ou uma escrita aleatória, mas atos de fala ou dados empíricos que possuem e produzem significados (Tuathail e Agnew 2003; Buzan, Waever e Wilde 1998).

Assim, para potencializar o *output* discursivo, importa um organismo para ressoar os discursos. Esse ressoar, além de decorrente da autoridade dos atores que produzem os discursos, advém da influência que possuem no processo cooperativo, subjacente à existência e à expertise de uma organização a qual estão vinculados e que permite modelar o comportamento dos atores envolvidos (Finnemore e Sikkink 2014).

Por isso, discursos são constituídos por um conjunto de capacidades, regras e normas por meio das quais os atores constroem significados. Assim, não são construções generalizadas de algo, eles existem em função de algo ou alguém, são realizações em atividades. Nesse sentido, discursos nunca são estáticos, sofrem constantemente mutação e modificam as práticas humanas (Tuathail e Agnew 2003; Buzan, Waever e Wilde 1998).

Com esse entendimento, a noção de segurança pode ser utilizada como uma ferramenta discursiva para a constituição de uma região. No período pós-Guerra Fria, essa ferramenta é utilizada em agendas multissetoriais (Buzan 1997), de modo a construir

3. *Political speeches and the like afford us a means of recovering the selfunderstandings of influential actors in world politics. They help us understand the social construction of worlds and the role of geographical knowledge in that social construction.*

ou identificar ameaças que facilitam a construção de uma região constituída por um fator identitário. Consoante essa leitura de região e diante da evolução dos estudos no campo de Análise de Política Externa (APE), fortalece-se uma abordagem multicausal que resgata o papel do indivíduo e suas subjetividades como fatores constitutivos de uma região, visto que o processo de tomada de decisão está sujeito às percepções dos decisores (Hudson 2005).

Assim, à medida que a subárea de APE aprofunda estudos sobre esses atores, surgem diferentes noções sobre quem são os *decision makers* e como chegam à decisão. Segundo Hermann e Hermann (1989, 362), esses tomadores de decisão são as Unidades de Decisão Final (UDF): “um conjunto de autoridades com capacidade de comprometer os recursos da sociedade e, com relação a um determinado problema, autoridade para tomar uma decisão que não pode ser prontamente revertida”⁴.

Destarte, entende-se na pesquisa, que os líderes assumem papel necessário no processo decisório, visto que, conforme a abordagem *Foreign Policy Decision-Making*, a construção da decisão envolve um processo no qual atores subnacionais interagem a partir de suas percepções, ideias e valores que são projetados para além das fronteiras nacionais. Dentro dessa abordagem, o argumento central é que o nível sistêmico e a estrutura não conseguem mais explicar a política externa e as decisões. Sendo assim, é necessário adentrar no nível de análise, visto que, conforme escolhas efetuadas por tais indivíduos, grupos e atores organizacionais-chave desempenham um papel de grande impacto nas políticas externas do Estado, não sendo totalmente determinadas por pressões sistêmicas subjacentes, forças sociais e restrições institucionais (Levy e Thompson 2010, 129).

Desde essa perspectiva, o primeiro nível de análise é constituído por um elemento-chave – o indivíduo cujo sistemas de crenças e vieses cognitivos constroem sua percepção de mundo. E é a partir dessas concepções que a formulação e a escolha política são tomadas. Além disso, importa registrar que o *decision maker* não é um ator isolado, está sempre cercado de informações e saberes que moldam sua compreensão (Herz 1994). Quando esses indivíduos são líderes ou autoridades políticas, esses mesmos sistemas e vieses constroem suas percepções sobre a política externa dos países.

Com esse substrato teórico e diante de um contexto de acirramento do multilateralismo, a leitura sobre um novo *aggiornamento* da ZOPACAS é reforçada, especialmente quando se está em questão a (i) retomada do pragmatismo da política externa brasileira, (ii) a reafirmação de uma identidade afro-latino-americana e (iii) o cercamento do entorno estratégico brasileiro formado pelas regiões que constituem a América do Sul, com forte atenção à região da Amazônia, o Atlântico Sul, com atenção aos países limítrofes da África, e Antártica, conforme estabelecido nos principais documentos de Defesa do país, disposto no Tabela 1, e observado na Figura 1:

4. *A set of authorities with the ability to commit the resources of the society and, with respect to a particular problem, the authority to make a decision that cannot be readily reversed.*

Tabela 1. Documentos de Defesa e suas Diretrizes para o Entorno Estratégico Brasileiro^a

Documento	Diretriz América do Sul	Atlântico Sul	Antártica
PND 2008	"Estimular a integração da América do Sul. Essa [...] contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa"	"Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional"	"Incrementar o apoio à participação brasileira nas atividades antárticas participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica"
PND/END 2013	"O fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas" (p. 21) "Estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da OTCA" (p. 21) "A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul" (p. 21-22) "A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo tríplice monitoramento/controle, mobilidade e presença" (p. 54) "[...] segurança regional na América do Sul, baseado na cooperação entre os países (p. 15), o Brasil prioriza o entorno estratégico, constituído pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica (p. 27)."	"o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica" "A consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas)" (p. 21) "O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul." (p. 24) O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países." (p.25) "[...] pela incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul, que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, como as maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil (p. 29)." "O Brasil tem forte vinculação com o mar, o que o leva a exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul (p. 31)." "[...] o Atlântico Sul ser uma área de interesse geoestratégico para o Brasil (p. 137)."	"o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países litorâneos da África, assim como a Antártica." (p. 21) "[...] o desenvolvimento e a produção científica brasileira de qualidade, a geração de conhecimento científico, tecnológico e em inovação relacionados à Antártica, bem como incentivar cooperação internacional (p. 127)."

^a. Fonte: elaboração própria (2023) a partir do Decreto n° 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e do Decreto Legislativo n° 373, de 25 de setembro de 2013. Nota: As citações que não possuem a numeração da página são aquelas que foram retiradas a partir de decretos.

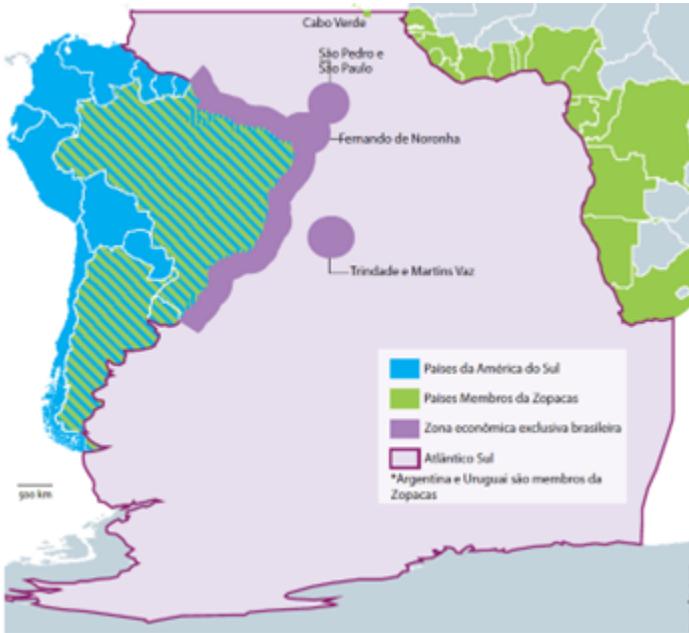


Figura 1. Entorno Geopolítico Estratégico

Fonte: Brasil 2013; M. R. S. e. a. Lima 2017

Com esse entendimento, a próxima seção apresenta um breve recorte histórico e institucional da ZOPACAS, de modo a tornar cristalino o atual contexto para sua revitalização a partir de um reforço identitário regional.

3. A ZOPACAS: uma ferramenta para a identidade sul-atlântica

Em 19 de maio de 1986, o Brasil, através do chanceler Abreu Sodré, solicita a inclusão da ZOPACAS na agenda de debates na 41ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (Miyamoto 1987; M. G. d. Costa 2023). Em 27 de outubro de 1986, a partir da iniciativa brasileira, a ZOPACAS surge com o intento de, conforme o Ministério da Defesa brasileiro, “promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países sul-americanos e da costa ocidental da África que aderiram a tal projeto”⁵.

A iniciativa brasileira, ao fomentar a criação da ZOPACAS por meio da AGNU, com a Resolução 41/11⁶ de “Declaração de zona de paz e cooperação do Atlântico Sul” (ONU, 1986), ocorre em um período no qual as relações internacionais são marcadas pela bipolaridade da Guerra Fria (Gonzalez 2014; Carvalho e Nunes 2016; Oliveira et al. 2020; Novelli e Pereira 2019, 2020). Nesse contexto, a proposta brasileira tem

5. Para mais, vide: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>

6. Para mais, vide: <https://digitallibrary.un.org/record/123188record-files-collapse-header>

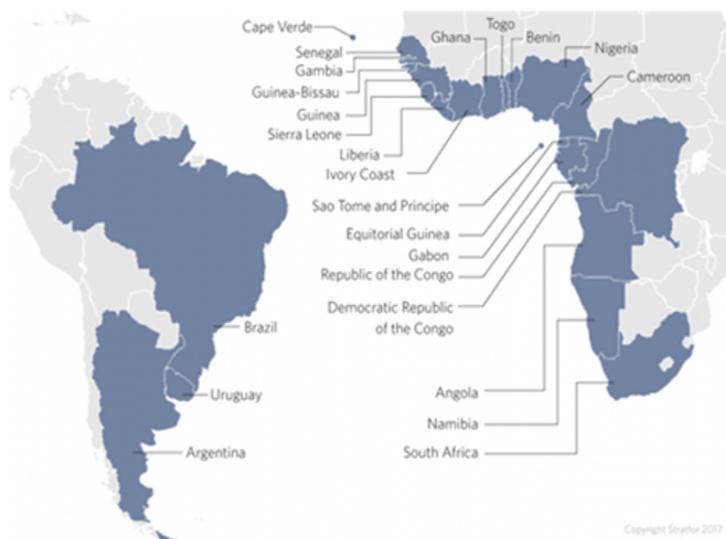


Figura 2. Países constituintes da ZOPACAS

Fonte: Defesa em Foco (2023)

três objetivos geopolíticos: 1) contrapor o projeto de construção da Organização do Tratado do Atlântico Sul, defendido pelos governos dos EUA, África do Sul e governos militares argentino e uruguaio (Novelli e Pereira 2020, 2) promover o engajamento de atores regionais latino-americanos e africanos para a construção de uma organização de segurança que se coloque independente das superpotências e das suas respectivas zonas de influência; e 3) viabilizar uma região pautada conforme a lógica de segurança dos países limítrofes do Atlântico Sul (Gonzalez 2014; Pimentel 2016; Carvalho e Nunes 2016; Oliveira et al. 2020).

No estudo sobre a posição geoestratégica do Brasil, o Gen. Carlos de Meira Mattos (1975) concebe a garantia da segurança atlântica como um dos suportes da ponte estratégica brasileira que liga a América ao saliente afro-euro-asiático. Essa ponte incide sobre a localização geoestratégica de Cabo Verde, de modo que a proteção das fronteiras oceânicas dessa região permite a defesa das principais linhas de tráfego marítimo, como o da Rota do Cabo, além da salvaguarda de riquezas energéticas e minerais.

Com perspectiva semelhante, registra-se que em 1982, o conselheiro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, José Viegas Filho, advoga um arranjo regional em torno do Atlântico Sul e acionado pelos Estados limítrofes: “O Atlântico Sul deve ser percebido através de uma ótica centrada no relacionamento inter-regional, de natureza horizontal e de sentido Sul-Sul, e não vinculada essencialmente à confrontação entre as superpotências” (2016: 100 *apud* Novelli e Pereira 2020, 243).

Essa leitura tem como evidência histórica a Guerra das Malvinas (1982), um conflito entre a Argentina e o Reino Unido, que representa um ponto de virada na perspectiva dos países sul-americanos e africanos quanto à lógica de segurança regional, uma

vez que ocorre em águas atlânticas e demonstra a vulnerabilidade da região frente a uma potência extrarregional ocidental nuclearizada (Pimentel 2016, 120). Diante disso, a crise entre argentinos e britânicos, por possuir um caráter de confronto Norte-Sul, rompe a concepção de solidariedade continental da comunidade centrada na liderança estadunidense, de modo a reorientar o prisma da ameaça à segurança do espaço atlântico para as potências extrarregionais (Pimentel 2016, 121).

Dentro desse contexto, Therezinha de Castro (1984) ressalta que a solidariedade marítimo-terrestre fortalece as linhas de defesa, dado que o Atlântico Sul está inserido no entrosamento terra-mar, além de estar conectado ao Glacial Antártico e aos Oceanos Índico e Pacífico, o que eleva a importância de concebê-lo dentro de um complexo de maritimidade e continentalidade no âmbito da geopolítica brasileira. Nesse aspecto, o Brasil desempenha o papel de potência regional com vocação hegemônica no entorno da América do Sul, o que envolve a região sul do Oceano Atlântico (Pimentel 2016, 118).

Em torno dessa lógica e dado as características geoestratégicas, observa-se que as preocupações atreladas ao Atlântico Sul, embora eminentemente de caráter de segurança e defesa, podem ultrapassar essas searas para abarcar temáticas atreladas à questão ambiental, ao desenvolvimento econômico e social, à formação da integridade territorial e à identidade estratégica da região (Pimentel 2016). Por isso, é possível ler a emergência da ZOPACAS a partir de um fundamento que, mesmo não declarado, se configura pela capacidade de projeção política, econômica, militar e cultural através da exploração do mar pelos países litorâneos.

Destarte, a leitura sobre a importância identitária para a iniciativa brasileira é observada na pedra de torção da organização, lançada ainda em 1977 durante a visita do Ministro da Educação de Cabo Verde, quando os governos brasileiro e cabo-verdiano lançam a seguinte nota conjunta: “a identidade de ponto de vista (...) sobre os interesses dos países ribeirinhos de oceanos comuns em promoverem, na zona oceânica que compartilham, esforços no sentido do desenvolvimento autônomo” (Brasil 1986b *apud* Novelli e Pereira 2020, 243). Sob tal nota, ganha-se adeptos como Guiné, Guiné-Bissau e a República Popular do Congo.

Em que pese essa nota, registra-se a preocupação dos *decision-makers* quanto à necessidade de comunhão regional para a promoção de um ambiente cooperativo. De tal modo, a materialização dessa iniciativa em atos de fala denota a operação de dispositivos psicológicos que permitem a construção de uma identidade regional, bem como a compreensão da importância militar, econômica e comercial do Atlântico Sul às abordagens da geopolítica brasileira que posicionam a região como área pivô para defesa nacional.

Outrossim, apesar do entusiasmo inicial, poucos avanços materiais foram alcançados em torno da ZOPACAS, mesmo quando a iniciativa brasileira concebeu

- (a) a definição do Atlântico Sul como região com identidade específica; (b) a afirmação do caráter afro-latino-americano dessa região; (c) o reconhecimento da responsabilidade especial dos países da área sobre o oceano; (d) a ênfase na ideia de cooperação regional — preservação do meio ambiente, aproveitamento dos recursos oceânicos, entre outros campos; (e) o interesse em neutralizar as ameaças à paz e à segurança dessa região (Brasil 1989, p. 7 *apud* Novelli; Pereira, 2020: 245).

No contexto da uni-multipolaridade (Huntington 1999), marcada pela prima-

zia estadunidense, a relevância do Atlântico Sul no âmbito global, foi atenuada e desgajou os esforços de cooperação ativa entre os países da região, mesmo com ascensão de novas ameaças atreladas à incidência de violências étnicas e guerras civis no continente africano e do combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado no âmbito sul-americano (Pimentel 2016, 125). Diante disso, durante a metade final da década de 1990 e o início do século XXI, as relações entre os países membros da ZOPACAS foi sustentada sobretudo por negociações bilaterais.

De tal modo, é possível identificar cinco períodos pertinentes ao desenvolvimento institucional da organização e à tentativa de construção identitária em seu entorno:

Tabela 2. Fases de desenvolvimento da ZOPACAS

Período	Característica
1986-1988	Surgimento até a I Reunião Ministerial;
1989-1990	Fortalecimento da iniciativa brasileira;
1993-1994	Relativa crise identitária, devido atualização das pautas e objetivos da organização;
1995-1998	Aggiornamento iniciado pelo então Secretário-Geral, Luiz Felipe Lampreia;
1995-1998	Declínio do projeto de atualização das pautas e objetivos e progressivo abandono da Organização;
2007-2022	Retomada da iniciativa;
2023 -	Novo Aggiornamento (?)

Fonte: Elaboração própria a partir de: Gonzalez, 2014; Pimentel, 2016; Novelli; Pereira, 2020; Oliveira et al., 2020

A identificação dessas fases é correlacionada à intensidade dos discursos alusivos à região do Atlântico Sul, proferidos pelas delegações dos países-membros presentes na AGNU entre 1986 e 2015. A correlação se fundamenta na utilização da proxy – *South Atlantic* – para avaliar o fator identitário como constitutivo da organização. Elaborada por Novelli e Pereira (2019), a análise é desenvolvida a partir de técnicas de análise de conteúdo dos discursos produzidos pelas delegações. Esses discursos (*statements*) são dados empíricos por meio dos quais é possível verificar e interpretar a percepção dos atores, conforme Figura 3:

Conforme análise do Figura 3, observa-se que a maior incidência do termo *South Atlantic* está atrelada à fase inicial de construção da ZOPACAS. Todavia, devido aos poucos avanços materiais em consolidar a importância da organização, o termo passa a ter uma queda em seu uso. Da análise contextualizada, registra-se que, em 2007, com aprovação do Plano de Ação de Luanda⁷, a agenda regional da ZOPACAS passa por uma tentativa de revitalização. Neste contexto, o Atlântico Sul ganha relevância com a descoberta de reservas petrolíferas de tipo *offshore* (W. M. Costa 2012; Pimentel 2016; Carvalho e Nunes 2016), que aumenta a percepção de potenciais ameaças na região, especialmente quando é evidente a presença de forças extrarregionais na plataforma

7. O documento apresenta as áreas prioritárias para intensificar esforços de cooperação, bem como constitui a formação de grupos de trabalho voltados à cooperação econômica, elaboração de missões de paz, análise de questões ambientais e ao combate às atividades ilegais transnacionais. Ressalta-se que, na ocasião de sua elaboração, foi defendido o direito inalienável dos Estados membros de empregar a energia nuclear para fins pacíficos, uma questão vital aos interesses energéticos e à Política de Defesa do Brasil (Carvalho e Nunes 2016, 88).

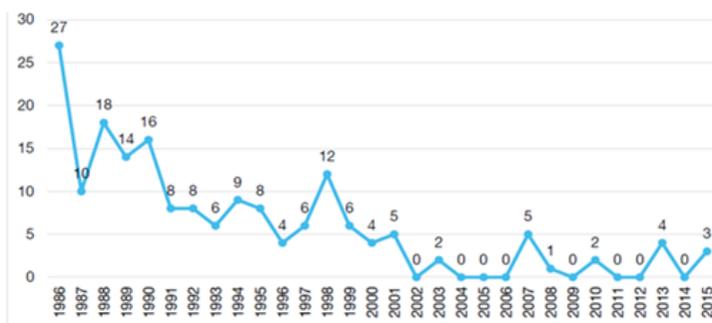


Figura 3. Evolução Anual do Volume Total de Discursos localizados junto à ONU entre os anos de 1986 e 2015

Fonte: Novelli; Pereira (2019: 174).

do Atlântico Sul (W. M. Costa 2012), conforme observado na Figura 3, dentre as quais está a IV Frota dos Estados Unidos reativada em 1º de julho 2008⁸.

No âmbito brasileiro, a exploração de reservas da plataforma do pré-sal e as novas estratégias de defesa ressignificam as fronteiras marítimas, posicionando inclusive a dimensão do Atlântico Sul no ideário nacional e militar, alcunhado pelo termo Amazônia Azul⁹, de modo que Amazônia Azul é também um elemento oceanopolítico que reforça a importância do território marítimo, no qual se revela como um patrimônio para as relações de poder e as estratégias de defesa nacional.

Nesse sentido, a estratégia de inserção brasileira no Atlântico Sul é materializada pela construção de boas relações e arranjos de cooperação com os países africanos, notadamente os membros da ZOPACAS e os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Pimentel 2016, 133). Sob essa perspectiva, a consolidação da ZOPACAS espelha a estrutura da Cooperação Sul-Sul (CSS) para o âmbito da segurança, defesa e da integração regional entre os países sul-americanos e africanos que almejam a plena soberania energética, comercial e militar, bem como fazer frente à incidência de potências extrarregionais, ao passo que compartilham uma identidade regional.

Essa concepção é reforçada em 2013, na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, quando o então ministro da Defesa, Celso Amorim, destaca a importância de iniciativas em torno da área de defesa para proteger a região diante de forças extrarregionais

8. É válido observar a prontidão da resposta do Parlamento do MERCOSUL em classificar como “inoportuna e desnecessária” tal reativação. Para mais vide: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/07/29/aprovada-declaracao-contra-reativacao-da-quarta-frota-da-marinha-dos-eua>

9. “A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB [Marinha Brasileira], com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III)” (Marinha do Brasil 2020, 19), que implica um símbolo de grandeza continental para a potencialidade oceanográfica do país (W. M. Costa 2012; Pimentel 2016; Carvalho e Nunes 2016). Por conseguinte, a região marítima está contida no entorno estratégico brasileiro, onde o país detém direito de soberania para o aproveitamento econômico dos recursos naturais, conforme consta no Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040 (2020)¹⁰ (Marinha do Brasil 2020, 50).



Figura 4. Forças extrarregionais no Atlântico Sul

Fonte: Gielow (2019)

(M. G. d. Costa 2023). Segundo Amorim(2013: 2)¹¹: “se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial”.

Assim, para avaliar a magnitude do compartilhamento identitário em torno da ZOPACAS, Novelli e Pereira (2019, 185) constatam sua precedência à tentativa de *aggiornamento* dos anos 1993-1995, uma vez que, desde 1986, os países-membros o consideram um desafio à comunhão. Contudo, devido à sua natureza institucional, essa dimensão pode ser resgatada mais uma vez para impulsionar a organização. Nesse impulso de resgate, a pesquisa sustenta a relação com Cabo Verde como elemento central para um novo processo de *aggiornamento*, visto que, historicamente, a ideia de uma organização regional no Atlântico Sul surgiu da iniciativa brasileira, em conjunto com o governo cabo-verdiano, e agora pode se tornar novamente o fundamento para o fortalecimento de uma identidade sul-atlântica, com o propósito de aprofundar as relações entre os países-membros.

Essa leitura é sustentada também por M. G. d. Costa (2023, 5), ao observar que “a retomada definitiva das reuniões ministeriais da ZOPACAS, após o intervalo de uma década, ocorreu em 18 de abril de 2023. A ocasião marca também a mudança da coordenação ZOPACAS, que será assumida por Cabo Verde pelos próximos dois anos”. Nessa oportunidade, o chanceler Mauro Vieira¹² expressa o interesse do Brasil na retomada dessa ferramenta regional, conquanto salienta ser necessário a cooperação pragmática para que ocorra a maximização dos interesses, a institucionalização impulsionada pela previsibilidade e perenidade das ações e o efetivo engajamento político dos países sul-atlânticos. Diante disso, o Ministro enfatiza:

É chegado o momento de desenvolver o potencial inexplorado da ZOPACAS. Ao estreitarmos nossas relações, por meio de iniciativas concretas de cooperação e de constante diálogo sobre problemas comuns, poderemos evitar que o Atlântico Sul seja percebido como um vazio de poder (Brasil 2023).

É diante desse aspecto factual de retomada da relevância da ZOPACAS, que a próxima seção aborda a relação bilateral Brasil-Cabo Verde como meio de fortalecimento da identidade regional na organização.

4. Cabo verde: a ponte insular para o Brasil?

Essa seção tem como objetivo verificar a relevância da relação Brasil-Cabo Verde na construção de uma identidade sul-atlântica. Para tanto, importa observar que Cabo Verde é um Estado insular africano com uma população de 484.628 habitantes e uma extensão territorial de, aproximadamente, 4.033 km², disposta por 10 ilhas. Seu território é caracterizado por uma topografia que combina áreas montanhosas e planas, o que faz com que cerca de 10% dele seja considerado arável, o que o leva a enfrentar escassez de recursos minerais (Banco Mundial 2022).

Não obstante sua condição geográfica, possui uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que abrange cerca de 730 mil km², o que lhe dá acesso a grandes reservas

11. Para mais vide: *website* do Ministério da Defesa.

12. Para mais, vide: <https://shre.ink/QR6X>

de petróleo em alto mar, bem como sua exploração. Em 2011, por exemplo, os combustíveis representaram 35,02% das exportações do país. A condição insular de Cabo Verde também o expõe a diversas vulnerabilidades, tais como o tráfico de drogas, pessoas e armas, o crime organizado e a pirataria marítima (Matos 2012).

No entanto, devido também sua localização geoestratégica no Oceano Atlântico, Cabo Verde pode se inserir em diversos espaços políticos e de cooperação, como a ZOPACAS, a CPLP, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e se relacionar com a OTAN e União Europeia (UE), por exemplo (Oliveira et al. 2020; Lopes 2016). Tal posição pode ser observada na Figura 5.



Figura 5. Ancoragens de Cabo Verde

Fonte: Pereira (2019).

A insularidade é estratégica porque faz com que Cabo Verde detenha localização privilegiada não só para defesa de seu espaço marítimo e interesses econômicos, mas, também, para defesa do Atlântico Sul e dos Estados limítrofes contra ameaças extrarregionais. No entanto, 90% dos gastos relativos à área da Defesa são destinados aos integrantes que compõem as Forças Armadas, ao passo que o investimento em equipamentos é escasso (Lopes 2016). Conforme os dados do *The World Bank* (2022)¹³, o montante dos gastos militares de Cabo Verde, a partir dos anos 2000, representa menos de 1% do PIB.

Assim, devido ao baixo investimento na área de Defesa, Cabo Verde estabelece diálogos estratégicos de cooperação com outros Estados e organizações para garantir

13. Para mais vide: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CV>

sua sobrevivência, bem como para atuar e projetar-se regional e internacionalmente. Ademais, a fiscalização da grande área oceânica se torna uma atividade complexa sem ajuda de outros atores (Lopes 2016). À luz dessas condições, Cabo Verde emprega uma política externa para mitigar suas vulnerabilidades (S. Costa (2011) *apud* Carvalho 2013).

Nesse sentido, sua condição insular e dependência de recursos externos são consideradas como fatores-chave que moldam sua abordagem pragmática na busca por relevância no cenário internacional e sua projeção na encruzilhada atlântica (S. Costa 2011). Por isso, sua posição geográfica é percebida como uma ponte estratégica no Atlântico Sul, com potencial para influenciar as dinâmicas regionais e globais (Madeira 2015).

Com esse entendimento, a relação entre Cabo Verde-Brasil é apresentada aqui como um case para a construção identitária em uma organização de segurança. Desde esse intento, considera-se que o Brasil ocupa um papel importante quando se tem em tela a estratégia de CSS com Cabo Verde, dado que essa estratégia ocorre quando Estados em situação semelhante participam de arranjos coletivos e cooperativos com o intuito de alcançar bens comuns ao mesmo tempo em que buscam seus próprios interesses (M. R. S. d. Lima 1990; M. G. d. Costa 2023).

Nesse sentido, a CSS pode ser compreendida como uma ação conjunta entre países em processo de desenvolvimento que cooperam entre si com o objetivo de sanar seus problemas, sejam eles econômicos ou sociais, mediante uso de um espaço identitário (Milani 2012). A CSS, por isso, engloba várias formas de arranjos cooperativos como processos de integração regional, coalizões políticas, transações comerciais e a cooperação bilateral em áreas da saúde, educação, tecnologia, militar além da troca de conhecimento técnico, científico e de gestão pública (Milani 2012; Carvalho 2013).

A partir dessa perspectiva, a parceria Cabo Verde-Brasil é fundamentada em uma abordagem que busca promover intercâmbios técnicos, transferência de conhecimentos, relações comerciais e capacitação de recursos humanos (S. Costa 2011). Dada a importância dos chefes de Estado como *decision makers* principais na formulação de política externa, essa relação pode ser identificada nas discussões entre os representantes dos dois países durante o período da gestão de Lula da Silva como presidente do Brasil (2003-2010), o que pode ser observado como evidência da construção de uma identidade econômica e cultural.

Desde 2004, com a visita do presidente cabo-verdiano Pedro Pires ao Brasil, é ressaltada a importância da cooperação bilateral e multilateral, notadamente, em organizações internacionais. Nesse ínterim, é válido mencionar a aprovação de Cabo Verde à candidatura do Brasil para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), e para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Marroni, Pedone e Violante 2021). Por seu turno, o Brasil apoia a entrada de um representante africano como membro permanente do CSNU (Marroni, Pedone e Violante 2021). Em 2007, o Brasil assinou um protocolo de cooperação com Cabo Verde que demonstra apoio para a entrada do arquipélago na Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo sua aprovação em 2008 (Rizzi 2012).

Nesse contexto, Cabo Verde demonstra a relevância de Brasília ao, reiteradamente

afirmar, conforme documentação diplomática, que a questão comercial entre os dois países é de fundamental importância para a relação bilateral (Rizzi 2012, 222). A relevância dessa parceria é observada no Figura 6 em que se observa um relativo crescimento nas relações comerciais entre os dois Estados, a exemplo de transações contínuas demonstradas com a participação cabo-verdiana na balança comercial brasileira.

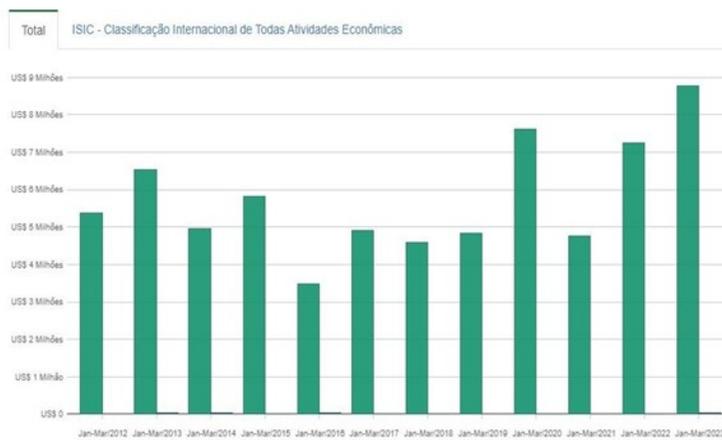


Figura 6. Cabo Verde na balança comercial brasileira (2012-2023)

Fonte: (Dados estatísticos do comércio exterior brasileiro).

Para o Brasil, o território de Cabo Verde representa, portanto, uma plataforma para se projetar comercialmente na África Ocidental. Porém, não se limita a isso, somado ao aporte econômico, a relação Cabo Verde–Brasil está circunscrita à esfera identitária, na qual a dimensão linguística desempenha papel fundamental ao impulsionar a cooperação bilateral em organizações internacionais como a ZOPACAS e a CPLP. Essas organizações são objeto de atenção prioritária na política externa cabo-verdiana, assim como no fortalecimento das relações estratégicas com o Brasil, em virtude de sua representatividade como plataforma de construção de uma identidade sul-atlântica compartilhada, que visa promover a relevância e segurança da região (Nasser e Moraes 2014).

A manifestação dessa identidade pode ser observada e exemplificada nos discursos dos representantes dos países-membros, conforme demonstrado no Figura 7¹⁴.

Os discursos, como uma construção social, podem ser uma ferramenta política ao se tornarem ações com capacidades socioculturais que, além de potencializar o compartilhamento de uma ideia/percepção acerca de um problema, produzem a comunhão de interesses. Neste sentido, no gráfico acima, é possível identificar que os discursos e a percepção de Cabo Verde sobre os fatores identitários na ZOPACAS estão mais atrelados aos desafios e potencialidades em comum, do que propriamente em conexões históricas e culturais (Novelli e Pereira 2019). Nesse ínterim, essa percepção

14. Fonte: Novelli e Pereira (2019, 185). Nota: As siglas são referentes aos seguintes países, respectivamente: Benim, Brasil, Cabo Verde, Namíbia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Togo, Uruguai e África do Sul.

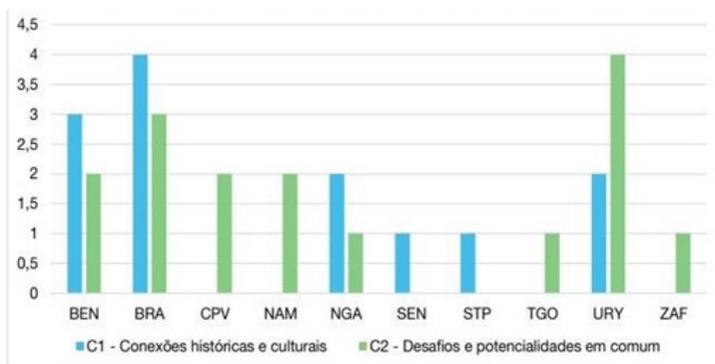


Figura 7. Manifestações sobre Fatores identitários na ZOPACAS

de Cabo Verde é exemplificada no discurso¹⁵ do então representante do país, José Luís Jesus, na AGNU:

Os povos de África e da América do Sul estão ligados por relações tradicionais de amizade e cooperação. Enquanto vizinhos que partilham o mesmo oceano, problemas semelhantes e dificuldades de subdesenvolvimento econômico, poderão promover melhor o seu desenvolvimento se for reforçado um clima de paz e de cooperação na região (Jesus 1986, s.p.).

Outrossim, a leitura do Figura 7 é corroborada de duas formas: (i) com a análise quantitativa dos discursos proferidos por Cabo Verde¹⁶, quando faz referência ao Atlântico Sul na AGNU. A Figura 5 apresenta uma Árvore de Similitude, em que é possível observar três *clusters* de palavras: *Peace*; *International* e *Country*. No *cluster* referente a *Country*, a ideia subjacente é pertinente à concepção de cooperação e ao que Cabo Verde entende de *South Atlantic*, destacado em azul.

Jesus (1986) também afirma que:

Neste contexto, o meu país saudou e patrocinou desde o início a iniciativa de declarar a região do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. Fizemo-lo porque acreditamos firmemente que o estabelecimento de uma tal zona contribuirá para o reforço da paz e da segurança internacionais e beneficiará não só os povos da região, mas também toda a humanidade (Jesus 1986, s.p.).

Também corrobora (ii) com análise qualitativa da minuta de um Livro Branco de Defesa de Cabo Verde, “As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (2009)”. Nele, as ações estratégicas de Cabo Verde concentram-se na participação em organizações de segurança coletiva que objetivam promover a paz nas suas relações bilaterais. Diante disso é concebido que:

15. Para mais vide: <https://digitallibrary.un.org/record/123534?ln=en>
 16. A/41/PV.15. 29 de setembro de 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/121550?ln=en>; A/41/PV.50-EN. 27 de outubro de 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123534?ln=en>. A/46/PV.53 5. Dezembro 1991. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/135222?ln=en>

A posição de Cabo Verde numa zona do Atlântico que faz dele o ponto nodal das principais rotas comerciais, mas também conotada como muito importante para as rotas do tráfico de estupefacientes e de armas, concomitantemente de grande relevância para a rede terrorista, a necessidade de parcerias para a proteção do imenso mar sob jurisdição nacional, são razões que justificam uma visão cooperativista da nossa política de defesa e segurança(...) Cabo Verde participa igualmente noutras organizações internacionais, que pela relevância da sua contribuição para o reforço da paz, o aumento da confiança e o esforço de diálogo e cooperação internacionais, designadamente a cooperação econômica, devem continuar a merecer o devido interesse (...) (Verde 2009).

Além disso, no documento também é demonstrado que o Brasil é um espaço de interesse estratégico. Por isso, a ZOPACAS é encarada como uma organização estratégica para a manutenção da paz e da cooperação entre os países litorâneos do Atlântico-Sul. Tal percepção pode ser observada na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS, em 2023, em que Cabo Verde não só organizou o evento na cidade de Mindelo, como também manifestou sua vontade em retomar a organização quando assumiu a presidência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Não obstante, a República de Cabo Verde percebe que, ao proporcionar esse momento, pode-se criar uma janela de oportunidade – *aggiornamento* – a medida em que fomenta um espaço de cooperação sobre abrangentes temas de segurança¹⁷.

5. Conclusão

A pesquisa parte da seguinte questão: Como a relação Brasil-Cabo Verde afeta a construção identitária na ZOPACAS? Para respondê-la, o texto propõe a existência de mais um *aggiornamento* da ZOPACAS e que as relações diplomáticas com Cabo Verde podem aumentar a projeção do Brasil no Atlântico Sul. O aspecto hipotético do argumento, em uma pesquisa qualitativa, é verificado conforme a contextualização e análise explanatória, teoricamente orientada, do objeto que, na pesquisa, constitui a variável dependente: a identidade sul-atlântica da ZOPACAS, enquanto a variável independente é a relação Brasil-Cabo Verde.

Por isso, introduz-se a discussão teórica sobre o conceito de região e sua importância como instrumento identitário para o fortalecimento de laços cooperativos na construção de uma comunidade. Para tanto, aborda a questão da influência dos fatores ideacionais e cognitivos produzidos pelos tomadores de decisão durante o processo de formulação da política externa.

Por conseguinte, observa-se que a ZOPACAS surge como uma iniciativa identitária para promoção da segurança regional e da cooperação entre países litorâneos do Atlântico Sul. No entanto, a análise observou que, historicamente, faltou à Organização uma maior coesão e materialidade institucional para produzir um maior engajamento dos membros. Tal situação é evidenciada pelo retraimento dos discursos pertinentes à região do Atlântico Sul realizados no âmbito da AGNU. Ainda assim, a ZOPACAS permaneceu como um espaço de diálogo afro-latino-americano, de modo que é possível mencionar um projeto de revitalização, em 2007, por meio do Plano de Ação de Luanda.

17. Para mais vide: <https://www.governo.cv/cabo-verde-assume-presidencia-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-na-reuniao-ministerial-de-mindelo/>

Em relação a Cabo Verde, devido sua particularidade geográfica, é verificado a necessidade de parcerias para garantir sua sobrevivência e segurança. Dada essa realidade, o presente trabalho destaca a relação bilateral com Cabo Verde como uma parceria estratégica brasileira. Inobstante a pretensão do Brasil em operacionalizar a localização de Cabo Verde como uma ponte insular, é necessário que haja uma parceria mais robusta entre ambos para que ocorra a maximização dos interesses, de modo que a ZOPACAS é um espaço cooperativo que os aproxima. Nesse ínterim, em “As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (2009)”, Cabo Verde ressalta seu interesse em aproveitar o espaço da ZOPACAS para garantir paz e cooperação não só para si, mas para todos os Estados limítrofes do Atlântico Sul em razão aos desafios e potencialidades que possuem em comum.

O *aggiornamento* da ZOPACAS, nesse sentido, é constatado com a realização da VIII Reunião Ministerial ocorrida em Mindelo, Cabo Verde, em abril de 2023. Tal evento confirma o interesse cabo-verdiano de promover a retomada da agenda regional, bem como de firmar a parceria estratégica com o Brasil. O discurso do chanceler brasileiro Mauro Vieira reforça o revigoramento dessa ferramenta sul-atlântica por meio de uma institucionalização mais forte com maior engajamento político-cooperativo. Outrossim, o Brasil expressa seu entusiasmo ao se dispor a sediar, em 2026, a IX Reunião Ministerial da ZOPACAS, que retrata o potencial de continuidade e celebra os 40 anos da iniciativa de cooperação.

Recebido em: 03/07/2023.

Aprovado em: 03/11/2023.

Referências

- Adler, Emanuel. 1992. The Emergence of Cooperation: national epistemic communities and the international evolution of the idea of nuclear control. *International Organization* 46 (1). <https://www.jstor.org/stable/2706953>.
- Adler, Emanuel e Michael Barnett. 1998. *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Aguilar, S. L. C. 2022. South Atlantic: The Relations Between Brazil and Africa in the Field of Security and Defense. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations* 2 (4). <https://doi.org/10.22456/2238-6912.41288>.
- Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Banco Mundial. 2022. *The World Bank in Cabo Verde: Visão Geral*. <https://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview#1>.

- Brasil. 2013. *Estratégia Nacional de Defesa*. <https://shre.ink/l1YZ>.
- . 2023. Participação do Ministro Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS – 18 de abril, <https://shre.ink/UTIQBU>.
- Buzan, Barry. 1983. The State and the International Political System. Em *People, States, and Fear: the national security problem in international relations*, 93–127. Sussex: Wheatsheaf Books.
- . 1997. Rethinking Security after the Cold War. *Cooperation and Conflict* 32 (5).
- Buzan, Barry, Ole Wæver e Jaap Wilde. 1998. Security Analysis: conceptual apparatus. Em *Security: a new framework for analysis*, 21–48. Londres: Lynne Renner.
- Cappocia, Giuseppe. 2015. Critical Junctures and Institutional Change. Em *Advances in Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carvalho, J. R. e R. C. Nunes. 2016. A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais. *Revista Perspectiva* 7 (13): 83–102. <https://shre.ink/QR6v>.
- Carvalho, R. A. 2013. Os “Novos” Paradigmas da Política Externa Cabo-Verdiana: a Afirmação de uma Nação Global? Tese (Coimbra).
- Costa, M. G. da. 2023. Desafios da Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no Contexto da Década Oceânica (2021–2030). *Atlantic Centre: policy brief*, <https://shre.ink/lhja>.
- Costa, S. 2011. A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas.
- Costa, W. M. 2012. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. *Revista USP*, número 95, 9–22. <https://shre.ink/QR6G>.
- Dados estatísticos do comércio exterior brasileiro*. Acesso em: 12 Abr 2023. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.
- Finnemore, Martha e Kathryn Sikkink. 2014. Dinâmicas de Norma Internacional e Mudança Política. *Monções* 3 (6). <https://shre.ink/QR6q>.
- Gonzalez, Rafael M. 2014. Brasil e a Zopacas: Projeção de Poder ou Cooperação Estratégica? *Relações Internacionais no Mundo Atual* 1 (17): 64–74. <https://shre.ink/l1YY>.
- Hermann, Margaret. 2003. Assessing Leadership Style: a trait analysis. Em *The Psychological Assessment of Political Leaders: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton*.
- Hermann, Margaret e Charles Hermann. 1989. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly* 33 (4): 361–387. <https://www.jstor.org/stable/2600518>.
- Herz, Mônica. 1994. Análise Cognitiva e Política Externa. *Contexto Internacional* 16 (1): 75–89.
- Hudson, Valerie. 2002. Foreign Policy Decision-Making: a touchstone for IR in the 21 century. Em *Policy Decision-Making (Revisited)*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- . 2005. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis* 1 (1). <https://shre.ink/l1Y0>.
- . 2016. Foreign Policy Analysis: theoretical and historical perspectives. Em *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press.

- Huntington, Samuel. 1999. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs* 78 (2): 35–49. <http://www.jstor.org/stable/20049207>.
- Hurrell, A. 1995. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional* 1 (17). <https://shre.ink/11Yw>.
- Jesus, José Luís. 1986. *Provisional verbatim record of the 50th meeting*. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123534?ln=en>. <https://digitallibrary.un.org/record/123534?ln=en>.
- Levy, J. 2003. Political Psychology and Foreign Policy. Em *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Levy, J. e W. Thompson. 2010. Decision-Making: the individual level. Em *Causes of War*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lima, M. R. S. de. 1990. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. *Contexto Internacional* 6 (12). <https://shre.ink/11Mr>.
- Lima, Maria Regina Soares. et al. 2017. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Rio de Janeiro: Latitude Sul.
- Lopes, A. F. 2016. Enquadramento Teórico/Revisão da Literatura' e 'Forças Armadas de Cabo Verde'. Tese, *As Forças Armadas de Cabo Verde: Missões de Interesse Público e a Colaboração com Entidades Civas*, <https://shre.ink/11YF>.
- Madeira, J. P. 2015. Cabo Verde: Geopolítica e Projeção de um Pequeno Estado Insular na África Ocidental. *Austral*, <https://shre.ink/11hjs>.
- Marinha do Brasil. 2020. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. 88. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada. <https://shre.ink/11My>.
- Marroni, E. V., L. Pedone e A. R. Violante. 2021. *Diálogos na cooperação Sul-Sul (1995-2016): Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Capítulo: "Cooperação Sul-Sul: Brasil e Cabo Verde". Pelotas: Ed. UFPel.
- Matos, A. 2012. Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspectiva de Cabo Verde. *Nação e Defesa*, <https://shre.ink/11Ym>.
- Milani, C. 2012. Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH* 25 (65): 211–231. <https://shre.ink/11Qr6Q>.
- Miyamoto, S. 1987. Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação? *Lua Nova* 3 (3). <https://shre.ink/11MC>.
- Nasser, R. e R. Moraes. 2014. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea.
- Novelli, D. e A. Pereira. 2019. O Atlântico Sul nos Discursos na ONU: uma análise de conteúdo sobre o caráter regional do espaço oceânico (1986–2015). *Revista Conjuntura Global* 8 (2): 167–195. <https://shre.ink/11Mc>.
- . 2020. ZOPACAS como Manifestação de um Projeto de Construção Regional brasileiro para o Atlântico Sul (1986–2013). *Carta Internacional* 15 (1): 234–257. <https://shre.ink/11M1>.

- Oliveira, S. et al. 2020. Cabo Verde: Potencialidades e Fragilidades no Entorno Estratégico Marítimo Brasileiro, <https://shre.ink/kWxW>.
- Pereira, J A R. 2019. A Marinha da Grande Guerra. A Defesa Marítima das Ilhas de Cabo Verde (1914-1918). Em *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys*, editado por J Fretias, J C Cardoso e P Reis. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Pimentel, C. R. 2016. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. *Tensões Mundiais* 12 (22): 113-143. <https://shre.ink/Qr6M>.
- Rizzi, K. 2012. O Grande Brasil e os Pequenos Palop: A Política Externa Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://shre.ink/l1Mt>.
- Tuathail, G. Ó e J. Agnew. 2003. *Geopolitics and Discourse: practical geopolitical reasoning in American Foreign Policy*. Nova York: Routledge.
- Verde, Cabo. 2009. *As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*. <https://shre.ink/kWxj>.